



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 13 de Junho de 2023
Lei nº 661, de 09 de Abril de 2007

Ano XVII

Nº 2602



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1957, DE 06 DE JUNHO DE 2023.

“Altera e revoga dispositivos da Lei Municipal n. 943/2011, que instituiu o Adicional de Desempenho – ADE, no âmbito da Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 2º, *caput*, e parágrafos 1º, 2º e 3º, da Lei Municipal nº 943/2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O ADE é adicional remuneratório, com valor determinado conforme períodos aquisitivos e percentuais, nos termos desta Lei, devidos mensalmente ao servidor que tenha ingressado no serviço público após a promulgação da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 22/2005, ou que tenha feito a opção prevista na Lei Orgânica Municipal e que cumprir os requisitos estabelecidos nesta Lei.

§1º Fará jus ao ADE o servidor que obtiver resultados satisfatórios na média das Avaliações de Desempenho Individual (ADI) e Avaliações Especiais de Desempenho (AED), realizadas até a data da solicitação da concessão do referido adicional, conforme os percentuais e os períodos aquisitivos previstos no Anexo desta Lei.

§2º Para fins do disposto no §1º deste artigo, consideram-se satisfatórios os resultados iguais ou superiores a 70% (setenta por cento) nas ADI ou nas AED.

§3º O servidor que obtiver resultado inferior a 70% (setenta por cento) na média de suas ADI e AED realizadas até a data da solicitação, não terá seu percentual de ADE atualizado até o próximo período aquisitivo, conforme disposto no Anexo desta Lei.”

Art. 2º O artigo 3º da Lei Municipal nº 943/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Para cálculo do ADE serão considerados:

I – a média de ADI e ADE satisfatória;

II – o período aquisitivo;

III – o vencimento básico do servidor.

Parágrafo único. O percentual estabelecido no Anexo desta Lei será aplicado sobre o vencimento básico do servidor a cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício, a considerar a data da primeira posse, mediante requerimento firmado pelo servidor e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos.”

Art. 3º Ficam revogados os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 943/2011.

Art. 4º O Anexo I da Lei Municipal nº 943/2011 passa a vigorar com percentuais e períodos especificados no Anexo desta Lei.

Art. 5º A aplicação das alterações apresentadas na presente Lei não resultará prejuízo aos direitos adquiridos dos servidores efetivos municipais.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/06/2023, e revogadas as disposições em contrário.

Monte Carmelo/MG, 06 de junho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA

Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA

Procuradora Geral do Município

ANEXO

Anos de efetivo exercício	5	10	15	20	25	30	35
Percentual Fixo do vencimento básico	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1958, DE 06 DE JUNHO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	03 - DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto		
Entidade	03 - Departamento Municipal de Água e Esgoto		
Unidade	01 - Diretoria Administrativa		
Subunidade	01 - Diretoria Administrativa		
Função	17 - Saneamento		
Subfunção	122 - Administração Geral		
Programa	4001 - Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência		
Projeto/Atividades	2.550 - Gestão das Ações Administrativas do DMAE		
Elemento	3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais	Fonte de Recursos: 1753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente conforme detalhado abaixo:

Órgão	03 - DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto		
Entidade	03 - Departamento Municipal de Água e Esgoto		
Unidade	01 - Diretoria Administrativa		
Subunidade	01 - Diretoria Administrativa		
Função	99 - Reserva de Contingência		
Subfunção	999 - Reserva de Contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Projeto/Atividades	9.999 - Reserva de Contingência		
Elemento	9.9.99.99.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	Fonte de Recursos: 1753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	Valor: R\$ 10.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Fica autorizada a suplementação, se necessário, até o limite de 30% (trinta por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 06 de junho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA

Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

RICARDO DE CASTRO SILVA
Diretor Geral do DMAE



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2641, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

"Altera o quadro do art. 1º do Decreto nº 2594, de 28 de dezembro de 2022, e dispõe sobre as formas de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no exercício de 2023."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e, particularmente as que lhe conferem a Lei Complementar nº 082, de 30 de dezembro de 1997, e Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO que a área tributável do Município é constituída de 10 (dez) zonas fiscais conforme Tabela 01 do Anexo da Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO que o art. 44, § 3º, da Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2017, determina que a distribuição dos bairros dentro de cada zona fiscal se dará anualmente por Decreto do Executivo;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do quadro do art. 1º do Decreto nº 2594, de 28 de dezembro de 2022, e de estabelecer as formas de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no exercício de 2023;

DECRETA:

Art. 1º O quadro do art. 1º do Decreto nº 2594, de 28 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração, exclusivamente em relação aos bairros que compõem a zona 01:

"Art. 1º"

ZONAS	BAIRROS
01	CENTRO
	CONDOMÍNIO GOMES AGUIAR
	CONDOMÍNIO GOMES AGUIAR II
	CONDOMÍNIO ARARAS
	CONDOMÍNIO GOLDEN PARK
	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DA MATA
	CONDOMÍNIO MATA DA NASCENTE
	RESIDENCIAL RECANO DO ARARI
	RESIDENCIAL JARDIM DO CERRADO

Art. 2º No exercício de 2023 o IPTU terá as formas de pagamento e descontos de antecipação conforme especificações abaixo:

I - cota única com vencimento para o dia 10 de agosto de 2023, com desconto de 10% (dez por cento);

II - pagamento em até 04 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme o calendário abaixo:

Ordem	Parcela	Vencimento
1	Primeira Parcela	10/08/2023
2	Segunda Parcela	11/09/2023
3	Terceira Parcela	10/10/2023
4	Quarta Parcela	10/11/2023

Art. 3º Quando não emitido na época própria, por qualquer razão, o imposto será lançado tão logo se constate o fato, podendo ser arrecadado em até 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas.

Parágrafo Único. O recolhimento da 1ª (primeira) parcela mensal prevista no *caput* deste artigo, vencerá 15 (quinze) dias corridos após a inclusão e/ou alteração no cadastro imobiliário.

Art. 4º Os juros e as multas moratórias serão calculados sobre o montante do tributo corrigido monetariamente.

§ 1º O atraso no pagamento de cada parcela incidirá, a título de multa, o percentual referente a 2% (dois por cento).

§ 2º O percentual de juros moratórios será de 1% (um por cento) ao mês, contado da data de vencimento do tributo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 12 de junho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 12.973, DE 07 DE JUNHO DE 2023.

"Faz desligamento de servidor(a) que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Desligar NOELSON SANTOS SILVA, matrícula 442343, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por motivo de seu falecimento ocorrido em 03/06/2023, conforme Certidão de Óbito matrícula nº 0592610155 2023 4 00049 270 0011421 48.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 03/06/2023.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 07 de junho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 12.974, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

"Faz designação que especifica."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar ALESSANDRA LÚCIA ALVES SANTANA, matrícula 438263, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO I, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO SOCIAL, para a função de COORDENADORA MASTER DO POSTO DE CADASTRO ÚNICO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 12 de junho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG.
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 46/2023 NA
FORMA: PRESENCIAL.**

A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 23 de junho de 2023, às 09:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel, nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, o Pregão Presencial nº 46/2023, tipo menor preço. Critério de julgamento: por lote. Objeto: Refere-se a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Máquinas e Caminhões para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo – MG. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às

11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Data do Edital: 07/06/2023. Monte Carmelo, 12 de junho de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 35/2023, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 63/2023.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Cirúrgico Ortopédico, solicitados Pela Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo-MG. Com Cota e Reserva de Itens para Participação Exclusiva das Microempresas Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 63/2023, modalidade Pregão SRP nº 35/2023 – Tipo: menor preço por item. **Empresas Habilitadas:** Newcare Comércio e Serviços Ltda; SKX Business Representações Ltda. Data: 29/05/2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 35/2023, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 63/2023.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 63/2023, modalidade Pregão SRP nº 35/2023 – Tipo: menor preço por item, em favor das Empresas: Newcare Comércio e Serviços Ltda; SKX Business Representações Ltda. Data: 29/05/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 35/2023, FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 63/2023. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresas:** Ata RP nº 114/2023: Newcare Comércio e Serviços Ltda, CNPJ: 41.926.487/0001-15; Valor: R\$ 90.040,00. Ata RP nº 115/2023: SKX Business Representações Ltda, CNPJ: 43.005.687/0001-60; Valor: R\$ 87.550,50. Valor Global: R\$ 117.590,50. **Data:** 30/05/2023. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE DECISÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2023.

Frustrada a notificação ao fornecedor da decisão do Processo Administrativo 01/2023, conforme artigo 8º § 2º do Decreto Municipal 2367 de 04 de Fevereiro de 2021, torna-se público a decisão da Secretária Municipal da Fazenda - aplicação de sanções à empresa **TEREZA MARSCHAL MARTINS EIRELI – CNPJ: 27.022.070/0001-05**, no âmbito do Processo Administrativo nº 01/2023, instaurado para apuração de responsabilidade da fornecedora. Sanções aplicadas: a) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data da decisão, face à paralisação do serviço de fornecimento de bens sem a justa fundamentação e prévia comunicação à Administração, descumprindo as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços nº 126/2022, hipótese que subsume-se ao disposto no inciso III, alínea 'b', do § 4º do art. 20 do Decreto Municipal nº 2367, de 04 de fevereiro de 2021; b) multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente, nos termos do art. 20, I, 'c', do Decreto Municipal nº 2367, de 04 de fevereiro de 2021, no valor de R\$ 1.186,00 (um mil cento e oitenta e seis reais), calculado com base nos valores das Autorizações de Fornecimento nº 0051102/2023 e 0051103/2023. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda. Monte Carmelo, 13 de Junho de 2023.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: LUCIANA RAMOS DA SILVA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br